

RACISMO E OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA¹

RACISM AND THE PSYCHOLOGICAL IMPACTS ON THE CONSTRUCTION OF BLACK IDENTITY

Amabilly Vitória Silva Santos²
Ana Paula Brito de Jesus³
Lúcio Flávio de Santana Gimenes⁴

RESUMO

Este artigo explora a complexidade do racismo estrutural no Brasil e seu impacto na construção da identidade de indivíduos negros. Através da análise de obras fundamentais como *Tornar-se Negro* de Neusa Santos Souza, *A Cor do Inconsciente* de Isildinha Nogueira e *Pele Negra, Máscaras Brancas* de Frantz Fanon, o estudo investiga como o racismo afeta a autopercepção e as interações sociais dos indivíduos negros. Discute-se a identidade como um processo contínuo influenciado por fatores culturais, sociais e psicológicos, destacando a internalização de estereótipos negativos e a luta por uma autoimagem positiva. O artigo aborda os efeitos psicológicos do racismo, incluindo sentimentos de inferioridade e conflitos identitários, e enfatiza a necessidade de intervenções que promovam a valorização da identidade negra. Conclui-se que o combate ao racismo requer abordagens multidisciplinares que considerem tanto os aspectos individuais quanto as estruturas sociais, visando à construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Palavras-chave: Racismo estrutural; Identidade negra; Construção cultural; Efeitos psicológicos.

ABSTRACT

This article explores the complexity of structural racism in Brazil and its impact on the construction of black individuals' identities. Through the analysis of foundational works such as *Pele Negra, Máscaras Brancas* by Frantz Fanon, *Tornar-se Negro* by Neusa Santos Souza, and *A Cor do Inconsciente* by Isildinha Nogueira, the study investigates how racism affects self-perception and social interactions among Black people. Identity is discussed as a continuous process influenced by cultural, social, and psychological factors, highlighting the internalization of negative stereotypes and the struggle for a positive self-image. The article addresses the psychological effects of racism, including feelings of inferiority and identity conflicts, emphasizing the need for interventions that promote the valorization of Black identity. It concludes that combating racism requires

1 Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao centro universitário de Inhumas UniMais, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em psicologia, no segundo semestre de 2024.

2 Acadêmica do 10º Período do curso de Psicologia pela Universidade de Inhumas (UNIMAIS). E-mail: amabilly@aluno.facmais.edu.br

3 Acadêmica do 10º Período do curso de Psicologia pela Universidade de Inhumas (UNIMAIS). E-mail: anapaulajesus@aluno.facmais.edu.br

4 Lucio Flavio de Santana Gimenes. Mestre em psicologia. Docente do centro universitário de Inhumas. E-mail: luciosantana@facmais.edu.br

multidisciplinary approaches that consider both individual aspects and social structures, aiming to build a more inclusive and equitable society.

Keywords: Structural racism; Black identity; Cultural construction; Psychological effects.

1 INTRODUÇÃO

A persistência do racismo e suas implicações na sociedade brasileira contemporânea constituem um desafio complexo e multifacetado que perpassa diversas esferas sociais, culturais e psicológicas. A construção da identidade de indivíduos negros no Brasil é profundamente influenciada por uma herança histórica marcada pela escravidão, pelo colonialismo e pelas políticas de branqueamento, que estabeleceram estruturas de poder e hierarquias raciais ainda presentes nas dinâmicas sociais atuais (Almeida, 2021; Silva, 2021).

Este estudo propõe uma análise aprofundada sobre como o racismo estrutural impacta a formação da identidade negra, considerando não apenas os aspectos históricos e sociais, mas também as dimensões psicológicas e culturais envolvidas nesse processo. Para tanto, ancoramo-nos em obras fundamentais como *Pele Negra, Máscaras Brancas* de Frantz Fanon (2008), que explora os efeitos da colonização na psique do indivíduo negro; *A Cor do Inconsciente* de Isildinha Nogueira (2021), que investiga a construção subjetiva a partir da psicanálise; e *Tornar-se Negro* de Neusa Santos Souza (1983), que aborda as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.

A identidade, entendida aqui como um processo contínuo de autoconstrução e negociação simbólica (Hall, 2006; Goffman, 1988), é influenciada por representações culturais e sociais que podem reforçar estereótipos e internalizar preconceitos. Nesse contexto, é essencial compreender como as experiências de racismo afetam a autopercepção e a subjetividade dos indivíduos negros, bem como interferem em suas interações sociais e no desenvolvimento de uma identidade positiva.

A metodologia adotada baseia-se em uma revisão bibliográfica narrativa (Rother, 2007), complementada por uma análise qualitativa dos textos selecionados (Botelho; Cunha; Macedo, 2011). Essa abordagem permite uma compreensão crítica e aprofundada dos conceitos-chave, além de favorecer um diálogo entre os autores estudados, ampliando a discussão sobre os impactos do racismo na construção da identidade negra.

Este artigo objetiva, portanto, mapear e analisar os efeitos psicológicos e sociais do racismo, a fim de abrir espaço para futuras intervenções psicológicas que possam mitigar tais impactos. Almeja-se contribuir para o debate acadêmico e oferecer subsídios para práticas que promovam a valorização da identidade negra e a superação das barreiras impostas pelo racismo estrutural.

2 A DINÂMICA DO RACISMO NO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO E VIVÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS

Frantz Fanon (2008) conceitua o racismo como um fenômeno estruturante das relações sociais e psicológicas entre colonizador e colonizado. Em sua obra, estuda a relação entre a chegada dos europeus à tribo malgaxe em Madagascar e os impactos psicológicos decorrentes da colonização. Ele afirma: “Uma ilha como Madagascar,

invadida de um dia para o outro pelos ‘pioneiros da civilização’, mesmo que esses pioneiros tenham se comportado da melhor maneira possível, sofreu uma desestruturação” (Fanon, 2008, p. 93). Para Fanon, o racismo é uma ferramenta de dominação que desumaniza o colonizado, impondo uma hierarquia racial na qual a branquitude é valorizada e a negritude é inferiorizada. Essa desumanização não se limita ao plano social, mas penetra profundamente na psique dos indivíduos negros, levando-os a internalizar a inferioridade que lhes é imposta. E continua na página seguinte:

[...] na medida que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que é preciso que eu acompanhe o mais rapidamente possível o mundo branco, “que sou uma besta fera, que meu povo e eu somos um esterco ambulante, repugnantemente fornecedor de cana macia e de algodão sedoso, que não tenho nada a fazer no mundo”. Então tentarei simplesmente fazer-me branco, isto é, obrigarei o branco a reconhecer minha humanidade (Fanon, 2008, p. 98).

Ser colonizado, para Fanon, é ser reduzido a uma condição sub-humana, na qual a identidade do negro é definida e controlada pelo colonizador. O homem branco, ao ver o negro como inferior, projeta sobre ele imagens degradantes e bestiais, desumanizando-o ao ponto de torná-lo um ser indigno de ocupar qualquer espaço no mundo. Essa desumanização é uma forma extrema de alienação, em que o negro é afastado de sua própria humanidade e identidade. Nesse contexto, o racismo não é apenas uma questão de preconceito ou discriminação individual; é um sistema que desumaniza e desvaloriza o negro, retirando-lhe qualquer senso de valor ou originalidade.

Em 22 de abril de 1500, uma frota portuguesa composta por 13 embarcações, sob o comando de Pedro Álvares Cabral, desembarcou na região que hoje corresponde à cidade de Porto Seguro, na Bahia (Moreno, 2023). Desde então, a escravidão foi uma característica central do sistema econômico e social estabelecido pelos colonizadores portugueses. Tanto os povos indígenas quanto os africanos trazidos ao Brasil foram submetidos a regimes de trabalho forçado que sustentaram a economia da colônia, especialmente nas plantações de açúcar, café e na mineração.

Durante a fase inicial da colonização brasileira, a escravidão concentrava-se na mão de obra indígena. Segundo Neves (2023), a escravização dos nativos brasileiros ocorreu principalmente na extração do pau-brasil. Com o estabelecimento da produção de açúcar, a partir do cultivo da cana-de-açúcar como principal produto econômico da colônia, ocorreu a transição para a utilização da mão de obra escrava africana. O tráfico de africanos para o Brasil durante o século XVI foi um dos aspectos mais cruéis e desumanos da colonização, retratando uma prática brutal de opressão. A escravização desse povo foi vista como mais lucrativa em comparação à dos indígenas, especialmente após a dizimação desses por doenças trazidas pelos europeus. O tráfico negreiro resultou em aproximadamente quatro milhões de africanos sendo forçados a trabalhar sob extrema violência, embora a quantidade de pessoas traficadas varie conforme o historiador consultado.

Embora houvesse uma mobilização abolicionista, a abolição não ocorreu pela consolidação de uma consciência de direitos humanos no Brasil ou uma fraternidade racial. Pelo contrário, a soma de alguns fatores de ordem econômica somado a pressão internacional e principalmente a resistência dos escravizados à escravidão foram fatores determinantes para pôr fim a esse sistema tão desumano que durou mais de três séculos (Lacerda, 2021).

O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão, em 13 de maio de 1888, por meio da Lei Áurea. Segundo Lacerda (2021), após a abolição, a realidade encontrada pelos recém-libertos, completamente desamparados e recriminados pela sociedade, não foi fácil. Enquanto escravizados, não tiveram suas origens, sua cultura e sua história reconhecidas dentro desse contexto.

Ainda que o movimento abolicionista tenha desempenhado um papel significativo, a revogação do trabalho forçado não refletiu uma transformação nas atitudes sociais em relação aos direitos humanos ou à igualdade racial. O Estado Republicano não formulou políticas públicas eficientes para a inserção da população negra, valorizando a multiplicidade cultural dos diferentes povos que compõem a nação (Lacerda, 2021). Embora a abolição marcasse o fim legal da escravidão, não representou uma verdadeira ruptura com o legado escravista. A população negra continuou a enfrentar discriminações deliberadas, exclusão social e escassas oportunidades, questões que perduram até os dias atuais, deixando este povo à margem da sociedade e perpetuando desigualdades estruturais que ainda são visíveis no Brasil contemporâneo.

No final do século XIX, a eugenia se estruturou como ideologia na Europa e conquistou muitos intelectuais no Brasil que aderiram às ideias do racismo científico, afirmando que as raças humanas eram biologicamente diferentes e que algumas eram superiores a outras. A eugenia é um termo criado pelo antropólogo inglês Francis Galton (1822-1911), de origem grega, que significa "bem-nascido". Galton baseou sua teoria no conceito de seleção natural presente na obra "A Origem das Espécies" de Charles Darwin (Lacerda, 2021).

O desenvolvimento do naturalismo científico no século XIX forneceu a esses procedimentos ideológicos contraditórios a base pseudocientífica de doutrinas como o darwinismo social, o spencerismo, o lamarckismo e a eugenia, que serviam para disfarçar as raízes socioeconômicas da desigualdade ao atribuí-la às leis da natureza (Stolcke, 1991, p. 112).

O darwinismo social sugeria que as sociedades mais "civilizadas" eram formadas por raças brancas e europeias, enquanto as sociedades com maior presença de negros e indígenas seriam "atrasadas". Acreditava-se que a mistura racial poderia "melhorar" as características biológicas das populações não brancas; assim, surgiram as políticas de branqueamento no Brasil. Esperava-se que o cruzamento entre brancos e negros ou indígenas levaria, ao longo do tempo, a um predomínio de atributos europeus na nação. Segundo Lacerda (2021), a ideia de embranquecer a nação foi amplamente discutida entre diversos grupos intelectuais, e desde o início da República, esse projeto foi implementado de várias formas. Muitos cientistas sociais viam o processo de branqueamento como uma "solução" para o que chamavam de "problema negro" no Brasil. Nesse contexto, a miscigenação e a suposta "evolução" da população brasileira eram temas recorrentes nos debates entre os ditos intelectuais do país.

O colonialismo desempenhou um papel central na construção das identidades nacionais, moldando as estruturas sociais, culturais e políticas das nações colonizadas e criando um legado de desigualdades que perdura até hoje. A construção da identidade nacional brasileira está profundamente enraizada nas relações de poder estabelecidas entre colonizadores e povos colonizados. Almeida (2021) afirma que, no século XVIII, mais de 90% do total de africanos escravizados foi enviado para as Américas, em um contexto que coincidiu, de forma deliberada, com a

dinamização do sistema capitalista. Esse período marcou a transição tecnológica para novos processos de manufatura, impulsionando a produção em larga escala. Ao mesmo tempo, houve uma consolidação ideológica do capitalismo, apoiada pelo projeto iluminista, que buscava a transformação social com base em princípios racionais e econômicos que favoreciam a expansão do comércio e o acúmulo de capital.

Almeida explica que o racismo vai além de preconceitos individuais ou desarranjos institucionais isolados; ele é estrutural, permeando todas as esferas da vida social. Segundo Almeida (2021), o racismo decorre da própria organização das relações sociais, políticas, econômicas e jurídicas, sendo um elemento normalizado e invisível nas dinâmicas cotidianas. Com isso, tanto os comportamentos individuais quanto os processos institucionais derivam de uma sociedade em que o racismo é regra, e não exceção. Citando Hamilton e Ture, Almeida elucida suas concepções sobre o modus operandi do racismo:

Quando terroristas brancos bombardeiam uma igreja negra e matam cinco crianças negras, isso é um ato de racismo individual, amplamente deplorado pela maioria dos segmentos da sociedade. Mas quando nessa mesma cidade – Birmingham, Alabama – quinhentos bebês negros morrem a cada ano por causa da falta de comida adequada, abrigos e instalações médicas, e outros milhares são destruídos e mutilados física, emocional e intelectualmente por causa das condições de pobreza e discriminação, na comunidade negra, isso é uma função do racismo institucional. Quando uma família negra se muda para uma casa em um bairro branco e é apedrejada, queimada ou expulsa, eles são vítimas de um ato manifesto de racismo individual que muitas pessoas condenarão – pelo menos em palavras. Mas é o racismo institucional que mantém os negros presos em favelas dilapidadas, sujeitas às pressões diárias de exploradores, comerciantes, agiotas e agentes imobiliários discriminatórios (Almeida, 2021, p. 29).

Com o passar dos anos, a escravidão precisou ajustar-se ao contexto global que migrava a favor de modelos econômicos baseados no emprego assalariado, apesar de o país ter sido abertamente resistente a essa transição. Enquanto o mundo avançava para modelos econômicos baseados no trabalho livre, o Brasil se apegava ao trabalho forçado, uma vez que esse sistema sustentava as relações de poder estabelecidas e as hierarquias sociais.

As relações sociais fundadas com este sentido de raça produziram nas Américas identidades sociais historicamente novas: índios, negros, brancos e mestiços, definidas a partir da branquitude, o substrato do sistema de dominação colonial. E na medida em que as relações se configuraram como relações de dominação racial, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, constitutivas e reflexas do padrão de dominação que se impunha. Raça e identidade racial se estabeleceram como instrumentos de classificação básica da população e dos lugares de trabalho (Silva, 2021).

A escravidão e o racismo institucionalizado consolidaram uma organização social em que a cor da pele determina o papel de cada indivíduo na sociedade e no mercado de trabalho. As identidades de "negros, índios, brancos e mestiços", como menciona Silva (2021), estavam profundamente associadas a lugares e funções sociais específicos, com os negros, em particular, sendo relegados aos papéis mais subalternos e explorados. Silva entende que as classes sociais são definidas tanto

pelas relações de trabalho quanto pelo conjunto de ideais e valores que, ao longo da história, organizam e dão significado às determinações concretas da realidade.

Por ser processo estrutural, o racismo é também processo histórico. Desse modo, não se pode compreender o racismo apenas como derivação automática dos sistemas econômico e político. A especificidade da dinâmica estrutural do racismo está ligada às peculiaridades de cada formação social. De tal sorte, quanto ao processo histórico também podemos dizer que o racismo se manifesta: a) de forma circunstancial e específica; b) em conexão com as transformações sociais. (Almeida, 2021, p. 36)

O racismo é fruto de dinâmicas sociais de poder que têm raízes históricas e políticas profundas. Além disso, Almeida postula que é também um processo de constituição de subjetividades, nas quais consciência e afetos estão interligados com tais dinâmicas e práticas sociais. O racismo como ideologia molda o inconsciente. Isso significa que ele influencia tanto a maneira como as pessoas pensam quanto como sentem. A base para toda e qualquer perpetuação ideológica encontra-se nas lições escolares, onde, todos os dias, crianças são rotuladas e colocadas em suas devidas "caixinhas", de forma velada ou não, sendo designadas ao lugar que a sociedade lhes reserva. Isso, em companhia às representações de raça, constitui uma identidade carregada de questões que nunca serão solucionadas, a menos que haja um investimento intelectual profundo nisso.

Desde que comecei a integrar as ações do movimento negro e a estudar a fundo as relações raciais, passei a prestar atenção ao número de pessoas negras nos ambientes que frequento, e que papel desempenham. Nos ambientes acadêmicos e próprios ao exercício da advocacia percebi que, na grande maioria das vezes, eu era uma das poucas pessoas negras, senão a única, na condição de advogado e de professor. Entretanto, essa percepção se altera completamente quando, nesses mesmos ambientes, olho para os trabalhadores da segurança e da limpeza: a maior parte negros e negras como eu, todos uniformizados, provavelmente mal remunerados, quase imperceptíveis aos que não foram "despertados" para as questões raciais como eu fui. (...) como eu, mesmo sendo um homem negro, só fui "despertado" para a desigualdade racial ao meu redor pela atividade política e pelos estudos. O que me impedia de perceber essa realidade? O que me levava a "naturalizar" a ausência de pessoas negras em escritórios de advocacia, tribunais, parlamentos, cursos de medicina e bancadas de telejornais? O que nos leva – ainda que negros e brancos não racistas – a "normalizar" que pessoas negras sejam a grande maioria em trabalhos precários e insalubres, presídios e morando sob marquises e em calçadas? Por que nos causa a impressão de que as coisas estão "fora do lugar" ou "invertidas" quando avistamos um morador de rua branco, loiro e de olhos azuis ou nos deparamos com um médico negro? (Almeida, 2021, pp. 39-40)

Ser uma identidade negra no Brasil pode ser um processo profundamente doloroso, devido à escassa divulgação de modelos positivos de personalidades negras, especialmente quando comparados à predominância de representações complexas de pessoas brancas. Julgar ser errado que as hierarquias sociais sejam definidas pelo tom de pele do sujeito é muito superficial; é preciso investigar como essa ideologia se mantém depois de tantos anos de debates incansáveis, segregação institucional e mortes questionáveis.

Mesmo as teorias pseudocientíficas já foram refutadas; portanto, é fundamental entender que, segundo Almeida (2021), o racismo só consegue se consolidar porque produz um sistema de ideias que fornece uma explicação "racional" para tal

desigualdade. Além disso, também é capaz de constituir sujeitos cujos sentimentos não sejam profundamente abalados diante da discriminação e da violência racial e que ainda consideram "normal" e "natural" que no mundo exista o conceito de "brancos" e "não brancos". Cabe salientar, mais uma vez, que o racismo como ideologia molda o inconsciente não só de um grupo, seja ele discriminado ou não, mas de toda uma sociedade.

O racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. Após anos vendo telenovelas brasileiras, um indivíduo vai acabar se convencendo de que mulheres negras têm uma vocação natural para o trabalho doméstico, que a personalidade de homens negros oscila invariavelmente entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas, ou que homens brancos sempre têm personalidades complexas e são líderes natos, meticolosos e racionais em suas ações (Almeida, 2021, p. 41).

As consequências do controle de narrativas resultam em um processo de distorção da realidade, quando o narrador, detentor do poder simbólico, seleciona e molda a informação de forma a manter sua perspectiva dominante. Esse narrador pode ser uma figura de poder, uma instituição ou mesmo a mídia, e ao priorizar certas histórias e silenciar outras, cria uma versão corrompida e enviesada da realidade que favorece determinados grupos. Segundo Couceiro (2020), a mídia no Brasil absorve e reproduz o racismo presente na sociedade. Ao veicular conteúdos que reforçam estereótipos e não desafiam nem questionam as estruturas desse sistema, acaba por naturalizar e perpetuar essa forma de discriminação racial. Essas narrativas distorcidas e reforçadas pela mídia não apenas consolidam estereótipos raciais, mas também têm um impacto profundo na construção da identidade dos indivíduos brasileiros. A formação desta identidade negra é marcada pela ausência de modelos positivos, o que dificulta a idealização de uma autopercepção empoderada e autônoma. Nesse contexto, a construção cultural da identidade, conforme apontado por autores como Stuart Hall, Fanon e Izildinha Nogueira, é crucial para entender como as representações sociais moldam o inconsciente coletivo e individual, consolidando visões hierarquizadas e deturpadas sobre diferentes grupos étnicos.

3 CONSTRUÇÃO CULTURAL DA IDENTIDADE: UMA ANÁLISE A PARTIR DE STUART HALL, GOFFMAN E NOGUEIRA

A identidade é formada no "entre-lugar", através da articulação da diferença. É uma construção que nunca se completa - sempre em processo, sempre sendo constituída dentro, e não fora, da representação (Hall, 2006).

De acordo com Hall (2006), a identidade humana é uma construção cultural formada por camadas acumuladas ao longo do tempo, caracterizando as identificações adotadas pelo indivíduo e vivenciadas por ele, ocasionadas por diversos fatores. O autor afirma:

[...] o que denominamos 'nossas identidades' poderia provavelmente ser melhor conceituado como as sedimentações através do tempo daquelas diferentes identificações ou posições que adotamos e procuramos 'viver', como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências única e peculiarmente nossas, como sujeitos individuais. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente (Hall, 2006, p. 111).

A partir dessa análise, compreende-se que a identidade social é constituída por representações culturais e não é algo imutável ou fixo; depende daquilo com que o indivíduo se identifica e se sente pertencente. Trata-se de um processo no qual o indivíduo se reconhece dentro dessas representações, de modo que as expressões culturais exteriores formam a subjetividade interior dos indivíduos, interferindo na visão de si e do outro. Hall (2006) evidencia essa afirmação ao declarar:

[...] nossas chamadas subjetividades são, então, produzidas parcialmente de modo discursivo e dialógico. Portanto, é fácil perceber por que nossa compreensão de todo este processo teve que ser completamente reconstruída pelo nosso interesse na cultura; e por que é cada vez mais difícil manter a tradicional distinção entre 'interior' e 'exterior', entre o social e o psíquico, quando a cultura intervém (Hall, 2006, p. 114).

Nesse contexto, o autor destaca que a subjetividade humana é construída através de interações intrínsecas em um contexto cultural. Sugere que a identidade é conformada pelas interações sociais do meio em que o indivíduo está inserido, significando que não é algo interior de cada um. A cultura desempenha uma função essencial na constituição do ser humano, desafiando concepções tradicionais que dissociam o contexto social. Assim, a cultura tem influência e participação direta na construção da subjetividade.

Hall (2006) aborda o conceito de identidade como:

[...] o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos 'interpelam', nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades que nos constroem como sujeitos aos quais se pode 'falar' (Hall, 2006, p. 112).

É possível perceber a referência que o autor faz às discussões que interpelam o indivíduo, levando-o a assumir determinados papéis sociais, pelos quais o ser humano desenvolve a capacidade de responder a essas interações. Hall (2006) investiga a ideia de que o indivíduo é constituído como ser por meio desses discursos e representações sociais. Embora sejam interpelados, os indivíduos contribuem e participam efetivamente da construção de sua subjetividade, ou seja, o indivíduo é construído, mas também esculpe sua própria identidade. Isso sugere que, ao mesmo tempo em que o sujeito é moldado pela sociedade, ele também tem agência sobre quem realmente deseja ser internamente.

Goffman (1988), em sua obra "Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada", propõe que a identidade de um indivíduo seja construída conforme os parâmetros e expectativas estabelecidas pelo meio social. Para ele, os atributos pessoais considerados naturais e "aceitáveis" são determinados pela sociedade. O autor distingue entre a identidade social virtual, que representa as expectativas sociais sobre o indivíduo, e a identidade social real, que se refere aos atributos que o indivíduo demonstra na prática:

[...] todo grupo social estabelece os meios de categorizar as pessoas e os complementos de atributos considerados ordinários e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. [...] a identidade social virtual, ou o caráter que se espera com razoável probabilidade que uma pessoa em questão possua, e a identidade social real, ou as características que ele de fato demonstra possuir (Goffman, 1988, p. 4).

Essa análise permite compreender que, na visão de Goffman, a formação e construção da identidade estão relacionadas ao meio social em que o indivíduo está inserido e às expectativas que os outros têm sobre ele, interligando-se à afirmação de Hall (2006) de que a subjetividade e identidade do sujeito são constituídas através de um contexto cultural e social. A identidade, nessa ótica, é resultado de uma construção social integrada em grupos sociais, permitindo que o indivíduo se localize e seja localizado socialmente. Os indivíduos buscam controlar a impressão que causam nos outros, selecionando aquilo que desejam revelar, visto que um comportamento considerado adequado em um ambiente pode ser inadequado em outro. Para Goffman (1988), a identidade não é rígida, mas flexível e mutável, influenciada diretamente pelas relações sociais. O autor desafia a ideia de que a identidade é algo imutável, demonstrando como ela se constrói socialmente e se modifica: "Por trás de muita interação social cotidiana, parece existir uma série de expectativas normativas que são invocadas, ou ao menos mencionadas de passagem, quando o comportamento de um participante se desvia em relação ao que era esperado" (Goffman, 1988, p. 10).

Ciampa (1987) sustenta que a identidade é uma metamorfose contínua, influenciada por variáveis como contexto histórico, socioeconômico e cultural, além de desejos pessoais:

A identidade é metamorfose. É mudança contínua, processo que acompanha o indivíduo ao longo de sua existência. Não é algo fixo ou essencial, mas se constrói no tempo, influenciada pelas condições sociais, históricas e culturais (Ciampa, 1987, p. 74).

Essa perspectiva reconhece a identidade como uma construção cultural essencial para a formação do indivíduo como ser social. No entanto, pertencer a um grupo social nem sempre é positivo, especialmente para grupos marginalizados, como os afrodescendentes, que enfrentam formas extremas de opressão e exploração desde o século XVI. Apesar da abolição formal da escravidão, práticas segregacionistas persistiram, perpetuando desigualdades.

A construção da identidade pode ser entendida como o processo de autodescoberta do indivíduo e na formação do "eu". Sobre a formação do "eu", Nogueira (2021) a descreve como uma construção imaginária que facilita a objetivação do sujeito perante si mesmo. Esse processo inicia-se quando a criança deixa de perceber a si e à figura materna como uma unidade indivisível, passando a reconhecer-se como uma entidade distinta. Assim, ela começa a se identificar como um "eu" em relação à figura materna e aos outros, constituindo gradativamente sua subjetividade por meio da aquisição de uma identidade originária: "A formação do Eu é uma construção imaginária que possibilita ao sujeito se objetivar, reconhecer-se como uma entidade distinta, separada do outro, especialmente da figura materna, com a qual antes se percebia em unidade" (Nogueira, 2021, p. 45).

Nogueira (2021) fundamenta que a subjetividade, nesse contexto, é entendida como a qualidade que faz de um indivíduo ser único, com pensamentos, sentimentos

e percepções que são propriamente seus. A identidade originária que a criança adquire através desse processo é a base sobre a qual se desenvolvem futuras camadas de identidade, influenciadas por interações sociais, culturais e experiências pessoais. Dessa maneira, a identidade não é apenas uma característica estática ou inata, mas algo que é ativamente construído e constantemente remodelado através de interações dinâmicas com o mundo social e as figuras significativas na vida de um sujeito, começando com a relação primária com a figura materna.

Nogueira (2021) sustenta que a complexidade da identidade se desenvolve à medida que a criança percebe que o reflexo no espelho (estágio do espelho), apesar de ser uma imagem virtual, representa a ela mesma: "Essa identificação primordial, feita pela criança com a imagem do seu próprio corpo, será responsável pela estruturação do 'eu'" (Nogueira, 2021, p. 47).

Essa descoberta conduz a um entendimento mais profundo de sua própria individualidade e separação dos outros. Esse processo é reforçado e complexo pelo reconhecimento de que o Outro (alteridade) — inicialmente a mãe — vê e reconhece a criança como uma entidade distinta. Esse reconhecimento é fundamental, pois é através do olhar do outro que a criança começa a firmar a realidade do seu próprio corpo e, conseqüentemente, a sua identidade pessoal: "Se, por um lado, essa fase é responsável pela 'pré-formação' do eu, por outro, ela insere a criança na alienação imaginária" (Nogueira, 2021, p. 48).

Nesse sentido, a criança está intensamente envolvida na assimilação de imagens que construirão o "eu". Essas imagens, enquanto contribuem para a formação de uma identidade, também alienam o sujeito em uma dimensão imaginária, onde as imagens externas são internalizadas e formam a base do "eu". O que atrai o "eu" nessas imagens externas não é meramente a representação visual, mas o aspecto intangível e frequentemente sexualizado delas, que ressoa com o inconsciente da criança.

Desse modo, a identidade não é simplesmente um aglomerado de imagens refletidas e percebidas, mas uma fusão complexa e dinâmica do "eu" com essas imagens que são simultaneamente reais e imaginárias: "É nessa relação do Eu, ou melhor, do sujeito do inconsciente e do Objeto (outro), onde um se assemelha ao outro, que se dá o processo de identificação fantasmática" (Nogueira, 2021, p. 49).

A identificação com a imagem refletida no espelho é, portanto, mais do que visual; é uma identificação com o irrepresentável, o que não se percebe diretamente, mas que forma a base do desejo e da identidade individual. Este intrincado processo de formação da identidade reflete a constante interação entre o simbólico, o imaginário e o real, mostrando como o sujeito é moldado em relação ao outro e como a subjetividade é uma construção contínua, sempre em negociação com o ambiente externo e interno.

Importante também é o processo de simbolização envolvido na imagem do corpo como parte da construção da identidade. A imagem do corpo está intrinsecamente ligada ao conceito de identidade, pois é através dela que o indivíduo se expressa, comunica e vive suas pulsões. Ela é afetada por como nos sentimos em relação a nós mesmos e como percebemos que os outros nos veem. Segundo Nogueira (2021): "Para a psicanálise, o corpo é irrepresentável" (Nogueira, 2021, p. 52).

Isso porque a imagem do corpo é única para cada indivíduo e é formada ao longo da vida por experiências, relações interpessoais e o contexto cultural. Essa imagem não é apenas uma representação visual ou estética, mas inclui aspectos emocionais e psíquicos que influenciam como nos percebemos e como interagimos

com o mundo ao nosso redor. É uma espécie de entidade inconsciente, sustentada pelo narcisismo, que atua como mediador entre as instâncias psíquicas do Id, do Ego e do Superego.

Dolto (apud Nogueira, 2021) explora como a imagem do corpo se configura para a psique e postula três modalidades para isso. A imagem de base se definiria como uma "mesmice de ser", estabelecendo para a criança suas mutações e deslocamentos impostos por seu corpo em desenvolvimento. A imagem funcional é o que propicia ao sujeito a execução de seus desejos, onde se obtém prazer nas relações interpessoais. Já a imagem erógena é o que busca prazer ou desprazer erótico na relação com o outro. "Esses três componentes da imagem do corpo se articulam de maneira dinâmica, transformando-se, remanejando-se e metabolizando-se ao longo das vivências do sujeito" (Nogueira, 2021, p. 54).

Esses elementos estão em constante interação e mudança, influenciando-se mutuamente, levando em consideração as experiências vividas pelo sujeito ao longo do tempo. Assim, eventos, relacionamentos, experiências emocionais e cognitivas moldam e influenciam a maneira como uma pessoa percebe, sente e pensa sobre seu próprio corpo. Essa compreensão é fundamental para entender como a imagem corporal pode ser dinâmica e variar ao longo da vida de uma pessoa.

Segundo Santos Souza (1983), a compreensão da identidade como um fenômeno em constante formação e reconfiguração é fundamental para abordar os desafios enfrentados em contextos sociais diversos e historicamente complexos. As interações entre o "eu" e o outro, assim como a influência de fatores culturais, históricos e interpessoais, revelam que a identidade é mais que a soma de suas partes; é uma dinâmica viva que ressoa com as experiências pessoais e coletivas. Esse entendimento sugere uma necessidade contínua de abordagens que reconheçam e valorizem a diversidade e a multiplicidade de experiências humanas, buscando superar as barreiras impostas por estruturas sociais desiguais e práticas discriminatórias que limitam a expressão plena do potencial humano.

4 EFEITOS PSICOLÓGICOS DO RACISMO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

Na obra "Tornar-se Negro: As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social" (1983), Neusa Santos Souza analisa como a construção da identidade negra no Brasil é afetada por métodos históricos, psicológicos e sociais, utilizando-se da psicanálise para explorar as dificuldades enfrentadas pelas pessoas negras brasileiras, sobretudo aquelas que estão em ascensão social, empenhando-se para se incluir em uma sociedade permeada pelo racismo.

A autora argumenta que, no contexto da sociedade brasileira, os indivíduos negros internalizam o racismo de modo a absorver concepções e posturas negativas vinculadas à própria cultura, cor e religiões, o que resulta em embates internos sobre a própria identidade e subjetividade. Demonstra em sua obra como os indivíduos negros em ascensão social têm sentimentos conflitantes com a própria identidade social, pois o sistema de valores dominante no país é o padrão branco. Ao buscar incessantemente encaixar-se nesse padrão atribuído, o indivíduo negro sente-se impróprio e inadequado.

O negro de quem estamos falando é aquele cujo ideal do ego é branco. O negro que ora tematizamos é aquele que nasce e sobrevive imerso numa ideologia que lhe é imposta pelo branco como ideal a ser atingido e que endossa a luta para realizar este modelo (Souza, 1983, p. 27).

Nesta afirmação, a autora reflete sobre como é a identidade negra em uma sociedade com padrões hierarquizados europeus, descrevendo a internalização que o indivíduo negro tem sob o ideal de ego branco. Aquele que é criado e moldado em uma sociedade onde o branco é o padrão ideal e adequado, representando o que é belo, posiciona o negro em uma busca pela compatibilidade a esses padrões.

Alberto, um entrevistado de Santos Souza, expõe em seu relato:

Meus pais, quando casaram, foram viver no interior. Era a elite da cidade: ele médico, ela professora. Fui criado nesse contexto. Não havia nenhum empenho por parte dos meus pais em reconstruir o percurso, as raízes negras de minha família. Passei minha infância aí, rodeado daquele zelo que cerca as elites. Meus pais não me deixaram ir à escola para não me misturar com os meninos, aquela gente pobre. Só fui para a escola aos dez anos, quando fui para a capital fazer o ginásio. Me alfabetizei em casa, com uma tia que era professora e tinha as tinturas da capital. Lá fui estudar num colégio de elite... Tinha uma coisa de nobreza, uma atmosfera de nobreza, ainda que decadente, em torno da minha família..." (Souza, 1983, p. 34).

Através do relato de Alberto, entende-se que sua família é afrodescendente, porém não fazia questão de manter vivas as raízes negras. A forma como ele descreve sugere que seus pais repudiam suas origens, exercendo condutas de elite para se igualar aos brancos, que são representações de poder. Mas por que a família de Alberto renegaria suas origens? Considerando o contexto em que viviam e a época, sua família era abastada, porém, dificilmente a sociedade aceitaria negros nessa posição de ascensão e poder. Portanto, pode-se sugerir que, para eles, seria mais benéfico assemelhar-se aos brancos. Alberto reforça: "Não houve nenhum empenho por parte de meus pais em reconstruir o percurso, as raízes negras de minha família. Havia um evitar velado, meio inconsciente, da história das raízes negras de minha família" (Souza, 1983, p. 35).

Bolden, em sua obra "Searching for Sarah Rector: The Richest Black Girl in America" (2014), relata a história de Sarah Rector, uma garota negra nascida em Oklahoma (EUA) em 1902, em uma família comum e pobre no contexto da época. A vida da família de Sarah mudou quando receberam uma indenização de alto valor. Devido a essa ocorrência, as pessoas da classe elitizada permitiram que a garota e sua família pertencessem à alta sociedade, obtendo o direito de viver como os brancos da elite e desfrutando de todos os luxos possíveis. Porém, para a sociedade, era inaceitável que uma família negra tivesse tal privilégio. Então, a corte de administradores da época concedeu a Sarah e sua família o direito de serem considerados pessoas brancas, mas eles negaram tal proposta. É possível relacionar o caso de Sarah com o relato de Alberto, de forma que, enquanto ele e sua família renegaram suas origens e buscaram se encaixar em padrões europeus e dominantes, Sarah e sua família, mesmo recebendo a proposta de viverem como brancos, optaram por manter seus valores e crenças afrodescendentes.

"Às vezes essa rejeição, levada ao nível do desespero, violenta o corpo físico. E então, algo mais para além do corpo biológico" (Souza, 1983, p. 36). Nesse segmento, a autora atribui à rejeição uma experiência emocional que atinge altos níveis de desespero, proveniente de um grande sofrimento psíquico. Sugere que esse sofrimento pode ultrapassar as barreiras do corpo simbólico, manifestando-se

fisicamente no corpo biológico. O sofrimento decorrente da negação transcende a dor psicológica e pode implicar em níveis mais profundos no corpo físico, acessando aspectos profundos da identidade do indivíduo, o que se relaciona com o relato de Luísa.

Contavam que (quando era pequena) falava muito sozinha, tinha amigos invisíveis, falava muito na frente do espelho: era uma sensação de me sentir, de me reconhecer, de identidade minha. Falava comigo mesma, me achava muito feia, me identificava como uma menina negra, diferente: não tinha nenhuma menina como eu. Todas as meninas tinham o cabelo liso, o nariz fino. Minha mãe mandava eu botar pregador de roupa no nariz para ficar menos chato. Depois eu fui sentindo que aquele negócio de olhar o espelho era uma coisa ruim. Um dia eu me percebi com medo de mim no espelho! Tive uma crise de pavor. Foi terrível. Fiquei um tempo grande assim: não podia me olhar no espelho com medo de reviver aquela sensação (Souza, 1983, p. 35).

Retornando à afirmação de Hall (2006) de que a identidade humana é construída culturalmente, dependendo daquilo com que o indivíduo se sente pertencente, o relato de Luísa demonstra que, para ela, sua aparência era inadequada, visto haver padrões estéticos estabelecidos como apropriados. Na tentativa de se reconhecer e de vislumbrar sua identidade, quando criança, Luísa se olhava muito no espelho, porém estava insatisfeita com sua aparência e se comparava com outras meninas que possuíam características "adequadas" (nariz fino e cabelo liso). Sugere-se que ela cresceu em um ambiente que reforçava que suas características eram impróprias, portanto, a menina deveria se encaixar nos padrões impostos culturalmente. Isso é fomentado quando Luísa relata que sua mãe a mandava colocar pregadores no nariz para afiná-lo, o que, nesse contexto, desencadeou a rejeição da própria imagem.

Minha avó, ela diz que quer se casar de novo. 'Casar com um francês para clarear a família'. Quando a gente (as netas) está namorando, ela pergunta se é preto ou branco. Diz que tem que clarear a família. O clarear não é só a questão da pele, porque o negro é símbolo da miséria, de fome. De repente, clarear é também a ascensão econômica e social. Se for um cara negro que tenha condição econômica e social boa, tudo bem. Tem um lance de cor, mas no sentido de que a cor (preta) lembra a miséria. O preto (para ser aceito como possível integrante da família) tem que ter curso superior. Se for um branco, não precisa. Principalmente em relação a nós—filhos do único filho dela que ascendeu—tem muita expectativa. Nós somos filhos de PROFESSOR... (Souza, 1983, p. 36).

No contexto atual, as falas da avó de Carmem são consideradas racistas e preconceituosas. É possível observar a visão problemática que ela possui, associando a ascensão econômica e social com a etnia e cor da pele. O pensamento de "clarear" a família está diretamente ligado à noção de que pessoas brancas são vistas como um meio de poder e status social, enquanto indivíduos negros estão permeados de estereótipos negativos, associados à miséria e à pobreza. Essa fala demonstra como as expectativas sociais e o racismo estão relacionados, considerando não apenas a cor da pele, mas a posição social e econômica. Compreende-se que a fala da avó de Carmem acerca do "clareamento" vai além da cor da pele; trata-se da posição econômica, evidenciando também a pressão a que esses netos são submetidos para "melhorar" o status familiar. O contexto familiar é o primeiro ambiente onde o ideal de ego é construído, é como o "eu" é constituído e a identidade reconhecida. Levanta-se a hipótese de que esse tipo de discurso feito pela avó de Carmem não se concebeu

por ela, mas foi inserido na construção de sua identidade durante seu crescimento. Assim como Luísa, que foi repreendida por sua mãe acerca de suas características físicas e passou a renegar sua aparência e origem, esses episódios influenciam diretamente na construção da identidade atual e das próximas gerações, levando em conta a premissa de que o ser humano repassa aos seus descendentes aquilo que aprendeu.

[...] vivemos no sistema capitalista—o negócio é ter grana... O negro tem que estar na frente e sobretudo atrás das máquinas—dirigindo os botões... Eu nunca estou contente com o que tenho, eu sempre quero alguma coisa a mais. Estou sempre a buscar alguma coisa (Souza, 1983, p. 37).

O discurso de Correia aborda uma sociedade onde diversos tipos de etnias, raças e cores existem, porém, o poder e influência estão majoritariamente relacionados a pessoas brancas. Mesmo considerando a diversidade racial existente, é evidente a desigualdade e opressão dos povos negros. O trecho sugere que Correia compreende e reconhece as condições opressoras e preconceituosas, que se salientam quando o indivíduo negro as confronta diretamente. Sua fala aparenta ser uma crítica às estruturas de poder e identidade, com uma visão radical que questiona as características do racismo envolto do capitalismo. Seu ideal de ego é formado pela experiência de opressão racial e preconceito, sugerindo que sua compreensão de identidade está relacionada à luta contra as opressões sofridas. Santos Souza considera a visão de Correia radical, mas necessária para compreensão da complexidade do racismo e opressão racial na formação da identidade. Mas existem outras facetas desse radicalismo, onde o indivíduo toma como modelo não apenas o dominador, mas seu ideal de ego.

“(O passado escravista) não interfere em nada. Para algumas pessoas, sim. Mas para os que não têm essa mentalidade de escravo, que até se acham superiores, isso não interfere em nada” (Souza, 1983, p. 37). Natanael argumenta que a escravidão não teve impacto na vida das pessoas, a menos que estas tenham uma “mentalidade de escravo”, mas aqueles que não compartilham dessa mentalidade e se consideram superiores não são afetados. Esse discurso é radical, pois minimiza os impactos da violência histórica contra os negros e as desigualdades raciais atuais. Natanael continua sustentando seu argumento:

“A maior parte dos negros não consegue um lugar ao sol por suas próprias incapacidades: preguiça, falta de força de vontade. Apesar dos obstáculos, eu consegui o maior posto dentro do navio, depois do comandante” (Souza, 1983, p. 38). Sugere-se, nesse trecho, que muitos negros não alcançam a ascensão devido às suas próprias falhas e não pelos obstáculos culturais e sociais. As declarações de Natanael desdenham os impactos que o passado do racismo e da escravidão causaram na sociedade.

Considerando que o racismo estrutural ainda não desapareceu e afeta constantemente as pessoas negras, ignorar essa realidade mantém as desigualdades e ignora o impacto real que o preconceito e a discriminação têm na vida e no dia a dia das pessoas. Isso leva a uma interpretação distorcida de que todos os indivíduos têm as mesmas oportunidades e opções, e que as barreiras estruturais não são importantes, alimentando estereótipos negativos que culpabilizam pessoas de grupos historicamente marginalizados, responsabilizando-as por suas próprias dificuldades e ignorando totalmente as realidades enfrentadas por estes.

É possível notar no discurso de Correia sua necessidade de se destacar e mostrar sua capacidade; ocultamente, percebe-se uma cobrança de si mesmo. O

mesmo acontece com Luísa: "Resolvi fazer medicina—não sei direito por quê, mas deve ter sido o resultado de toda uma estruturação de minha vida—eu tinha que escolher a carreira mais nobre, o vestibular mais difícil" (Souza, 1983, p. 39).

Observa-se o quanto Luísa se sente cobrada e pressionada a ser a melhor, considerando que viveu e cresceu em uma sociedade onde o parâmetro para mensurar a importância do indivíduo é a sua posição social. Isso é verdade mesmo entre as pessoas brancas, mas para pessoas negras essa realidade é ainda mais difícil, pois, mesmo em posições de destaque, continuam sofrendo preconceitos e discriminações. Essa necessidade de ascensão e aprovação está presente também no discurso de Eunice:

[...] nas minhas fantasias eu tenho muito dinheiro... tenho uma fantasia de ter terras de montão, casa grande—não para dar lucro, nem para grandes plantações. É para curtir mesmo as coisas da fazenda... tenho também fantasias de sucesso: descobrir alguma coisa interessante, escrever um livro muito importante. Ganhar o prêmio Nobel... [...] Eu sempre gosto que as pessoas digam que eu sou inteligente, que, apesar de todos os defeitos, isso é o que ressaí em mim (Souza, 1983, p. 40).

É nítido o desejo de pertencimento e destaque empregado nesse relato, a vontade e a busca de se tornar alguém na ótica dos outros, que as pessoas a enxergarem, a aplaudam, a vejam como um modelo a ser seguido. Esse desejo de Eunice acerca de sua autorrealização está relacionado a todo um contexto histórico onde a pessoa negra não recebia tal prestígio ou admiração, na maioria das vezes ficando nos bastidores, realizando tarefas que muitas pessoas desprezavam. É notável que Eunice busca sua identidade e, nessa busca, quer se tornar alguém que os outros procurem, desejem e invejem. Esses sentimentos de inferioridade e insegurança consomem os indivíduos cujo ego sofreu um revés diante do superego, criando uma atmosfera de autodesvalorização.

O C. era branco, família branca e morava em Ipanema. Senti aí todos os complexos. Ia na casa dele morrendo de vergonha. Só me relacionava bem com ele na faculdade... Me sentia rejeitada nos lugares, não conseguia dar uma palavra. Eu não conseguia nem transar meu estereótipo, minha imagem de mulher maravilhosa. Não me sentia respeitada pelos amigos dele, me sentia insegura. É como se eu apresentasse uma imagem e não fosse nada daquilo... Eu sentia vergonha de meu corpo. Eu queria transar no escuro... Eu fui ficando cada vez mais fechada, me sentia ameaçada por todos em relação a C... tinha medo de tudo (Souza, 1983, p. 41).

Faz-se referência ao menosprezo que o indivíduo tem de si mesmo, com medo de se impor e enfrentar desafios, optando por se adaptar a situações desagradáveis. Entretanto, o sujeito se sente humilhado, principalmente por não suprir as próprias expectativas. As pessoas estabelecem padrões irrealistas para si mesmas, levando à frustração quando não são alcançados, e quando os ideais de ego não são atingidos, contribui-se para o sentimento de inadequação.

Fiquei apaixonada por R., mas ele estava, na época, começando o processo de um novo casamento e sofri muito. Eu fiquei de terceira. Ela era branca, mais madura, uma mulher com filho... Eu a achava mais segura, mais forte do que eu. Fiquei de terceira. Fiquei achando que estava cumprindo o papel da mulher negra: a amante. Os homens ficavam com as mulheres brancas (Souza, 1983, p. 41).

Nesse excerto, observa-se a dificuldade das entrevistadas de se reconhecerem como pessoas atraentes e capazes de obter um relacionamento. As experiências relatadas alimentam a insegurança e medo, principalmente por não conseguirem se relacionar com pessoas que idealizam. É importante ressaltar que, através desses relatos, percebe-se uma valorização de padrões estéticos brancos, evidentes quando as entrevistadas expressam o desejo de serem diferentes, propondo que busquem em seus companheiros o que idealizam em si mesmas.

Assim, nota-se que a busca incessante por aceitação dentro de um sistema que privilegia o ideal branco resulta em sentimentos de inadequação e autodesvalorização, perpetuando um ciclo de negação das raízes e da identidade própria. Além disso, as comparações com casos internacionais, como o de Sarah, ampliam a compreensão das diversas formas pelas quais a identidade negra é negociada e resistida em contextos de hegemonia branca. A análise apresentada reforça a necessidade de uma reflexão contínua sobre as estruturas raciais e sociais que influenciam a formação identitária, apontando para a urgência de políticas e práticas que promovam a valorização da diversidade e a superação das barreiras impostas pelo racismo estrutural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida ao longo deste estudo evidenciou que o racismo no Brasil não é apenas um resquício histórico, mas um fenômeno estrutural que continua a moldar as relações sociais, econômicas e psicológicas na contemporaneidade. A construção da identidade negra é profundamente afetada por práticas discriminatórias e por um imaginário social que desvaloriza características fenotípicas e culturais associadas à negritude.

A partir das reflexões de Fanon (2008), compreendemos que o racismo desumaniza e aliena o indivíduo negro, impondo-lhe uma identidade construída a partir de estereótipos negativos. Nogueira (2021) e Santos Souza (1983) aprofundam essa discussão ao explorarem os processos psíquicos envolvidos na formação do "eu" em contextos de opressão racial. A internalização do racismo resulta em conflitos identitários, sentimentos de inferioridade e dificuldades na construção de uma autoestima positiva.

Os relatos apresentados revelam que indivíduos negros frequentemente enfrentam dilemas relacionados à autoaceitação, pertencimento e reconhecimento social. A pressão para se adequar a padrões brancos de beleza e comportamento reforça a negação das próprias raízes culturais e alimenta um ciclo de autodepreciação. Esse cenário evidencia a necessidade de intervenções psicológicas que promovam a ressignificação da identidade negra e o fortalecimento da autoestima.

Adicionalmente, a compreensão de que o racismo é um fenômeno estrutural (Almeida, 2021) implica reconhecer que as soluções devem transcender o âmbito individual, englobando políticas públicas e ações coletivas que visem à desconstrução de estereótipos e à promoção da equidade racial. É imperativo fomentar a valorização da cultura afro-brasileira, ampliar a representatividade nos diversos setores sociais e combater ativamente as práticas discriminatórias.

Este estudo reforça a importância de uma abordagem interdisciplinar que articule perspectivas históricas, sociológicas e psicológicas na compreensão do racismo e de seus impactos. Futuras pesquisas poderiam aprofundar a investigação sobre estratégias eficazes de intervenção, bem como explorar as experiências de

resistência e resiliência da população negra frente às adversidades impostas pelo racismo.

Assim, a luta contra o racismo e pela afirmação da identidade negra é um processo contínuo que exige esforços coletivos e sustentados. A desconstrução de preconceitos arraigados e a promoção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva dependem da capacidade de reconhecer e valorizar a diversidade como um elemento essencial da condição humana.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019.

BOLDEN, Tonya. **Searching for Sarah Rector: the richest black girl in America**. New York: Abrams Books for Young Readers, 2014.

CIAMPA, Antônio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COUCEIRO, Sandra Maria. Reflexos do "racismo à brasileira" na mídia. **Revista USP**, São Paulo, n. 32, p. 56–65, 1996. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i32p56-65. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26031>. Acesso em: 15 set. 2024.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA LACERDA, Nathália. Pensamento racista no Brasil pós-abolição: breve reflexão sobre racismo estrutural. **Mosaico**, Rio de Janeiro, 21 set. 2021. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/83524/80474>. Acesso em: 04 set. 2024.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura**: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15–46, jul./dez. 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MORENO, Sayonara. Chegada dos portugueses ao Brasil. **Agência Brasil**, Brasília, 22 abr. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2023-04/chegada-dos-portugueses-ao-brasil-descobrimto-ou-invasao>. Acesso em: 30 ago. 2024.

NEVES, Daniel. Escravidão no Brasil colonial. **História do Mundo**, São Paulo, 15 jul. 2013. Disponível em:

<https://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/escravidao-no-brasil-colonial.htm>. Acesso em: 30 ago. 2024.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. ***A cor do inconsciente: significações do corpo negro***. São Paulo: Perspectiva, 2021.

PROCÓPIO DA SILVA, André Vicente. Resistências negras e amefricanidade: diálogos entre Clóvis Moura e Lélia Gonzalez para o debate antirracista das relações de classe na América Latina. ***Revista Fim do Mundo***, v. 2, n. 3, p. 78–102, abr. 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/11677/10295>. Acesso em: 07 set. 2024.

SANTOS SOUZA, Neusa. ***Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social***. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça está para etnicidade? ***Estudos Afro-Asiáticos***, Rio de Janeiro, n. 20, p. 9–38, 1991.